

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva e Diamantino António Caldeira Estanislau, conforme documentos registados sob os n.ºs 44 a 46, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Rafaela Isabel Graça Nunes, conforme documentos registados sob os n.ºs 47 a 49, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, António Miguel da Costa Ferreira e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 50 a 52, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 53 e 54, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Faltou a Sra. Deputada Municipal Eunice Maria Cândido Pratas do PS.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Informação escrita do Presidente acerca do Relatório de Atividades Anual 2022** (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 55)

Presidente da Mesa – Senhores deputados, falta-nos 99% do período da ordem do dia nesta sessão. Só temos uma deliberação tomada na anterior, vamos dar início nesta reunião com o 1º ponto que é o da informação escrita do Sr. Presidente acerca das atividades do município, o Relatório Anual de Atividades, portanto, sobre este ponto estão abertas as intervenções.

Manuel Esteves (PS) – Quero alertar para uma situação que já se arrasta há mais de um mês, trata-se de uma fuga de água de uma torneira de segurança numa boca de incêndio, na Rua Francisco Rodrigues Simões n.º 7. Já se telefonou para os Serviços Municipalizados que disseram que iriam informar o piquete e até hoje ninguém apareceu, tudo continua na mesma. É um bocado degradante, porque andamos todos a trabalhar em prol da preservação da água e ao preço que ela está merece aqui uma certa consideração. Também vou falar sobre o estado em que se encontra a Rua do Poço, porque teve várias intervenções por causa de um loteamento, na parte nascente de Vendas de Azeitão, e que está toda esburacada, disseram que iam meter o alcatrão passados 15 dias, mas já lá vai quase um mês e o alcatrão não existe. Era para ver se havia aqui alguma atençãozinha por aquela aldeia antiga, que é tão bonita e que não podemos deixá-la degradar-se mais do que está.

Presidente da Mesa – Presumo que essas questões ou anomalias estejam apresentadas no Relatório de Atividades do Sr. Presidente. O ponto em discussão é o Relatório de atividades do Município.

Francisco Cabral (PSD) – A minha questão é relativa à Divisão de Mobilidade e Transportes, ao ponto que se refere à modernização daquele que é o Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal, em particular, ao Programa de Execução, Meios e Fontes de Financiamento e Sistema de Monitorização, onde é recomendado que sejam realizados relatórios de progresso com uma periodicidade anual, de forma a garantir a monitorização do progresso do Plano.

Com isto em mente e dada a dificuldade em encontrar os mesmos disponíveis ao público, pergunto se acerca do paradeiro ou existência desses mesmos relatórios de motorização que devem ou deviam existir, com a periodicidade anual desde 2017, a bancada do PSD, pretende saber acerca dos 43 quilómetros de ciclovias previstos neste mesmo plano e que deveriam ter sido concluídos ou executados no período de 2017 a 2021.

Mário Aranha (PS) – Relativamente à Informação escrita e ao Relatório Anual de 2022, queremos expressar o nosso agradecimento pelo trabalho desenvolvido por todos os colaboradores da Câmara Municipal de Setúbal. O Poder Local Democrático é, de facto, um dos grandes êxitos do 25 de Abril. Para quem ainda defende o centralismo ou faça críticas infundadas sobre a importância do Poder Local, percamos uns minutos a ler este e outros relatórios similares de Autarquias, em que a atividade é devidamente escrutinada e discutida de forma pública e transparente. O Presidente e a Vereação dão a cara aos eleitos e aos eleitores. A diferença, face aos Departamentos anónimos do Terreiro do Paço, é abissal, mais descentralização, é mais democracia, é mais escrutínio, logo mais e melhores serviços públicos.

Este documento sendo um documento técnico é de extrema utilidade para aferir como correu o ano para a Câmara Municipal e concomitantemente em grande medida para a população do nosso concelho. E aqui, infelizmente, as notícias não são boas, foi um ano de absoluta estagnação, sem rasgo, sem projetos estruturantes, sem resolver problemas atuais ou prevenir situações futuras. Neste momento, a Câmara vai-se limitando a ser reativa à procura que os seus serviços tendo por parte da população, como, por exemplo, no urbanismo ou na manutenção de espaços verdes, na realização de pequenas obras, ou fornecimento de refeições escolares. A todos os novos desafios que a descentralização de competências foi trazendo a Câmara Municipal de Setúbal reagiu sempre com grandes dificuldades, como demonstram as várias páginas do documento. São factuais as extremas debilidades, que o PS vem apontando à atuação camarária já há vários anos. A primeira e talvez a mais importante de todas, é a falta completa de indicadores de



performance, com notória e boa exceção do Departamento Financeiro, do Departamento de Cultura e Desporto e do Serviço Municipal de Bem-Estar Animal.

Só temos indicações de procura ou de outro produto simples, não temos medição, nem comparação, e com isso não pode haver boa gestão. Apenas uma navegação à vista e ao complexo sabor dos acontecimentos concretizando em vários exemplos, por exemplo, quanto tempo demora o Departamento de Urbanismo a responder desde a entrada de um processo até à sua finalização, quantas toneladas de carbono e qual o impacto de arborização da cidade na diminuição da temperatura média das localidades do concelho.

Quais os resultados obtidos pelo Departamento de Turismo e de Publicidade e Imagem, concretamente o número de visitantes, quantas noites pernoveram, qual é o gasto médio diário, se aumentou ou diminuiu, em que lugar estamos no ranking concelhio, em termos de receitas turismo per capita, se estamos melhor ou pior que em 2021.

A Secção de Compras conseguiu combater a inflação nos grandes agregados de compras externas, como, por exemplo, seguros, energia ou telecomunicações. Poderemos enumerar muitos outros exemplos, sabemos que só com colaboração de entidades externas será possível obter muitos destes indicadores, mas ontem já era tarde para começar este processo, como ontem também já era tarde para se iniciarem projetos e iniciativas de melhoria de toda a estrutura camarária.

Esse é um dos pontos mais evidentes do completo conformismo do Executivo, não há um único projeto de melhoria, não há uma única iniciativa para a digitalização ou para a melhoria de processos, felizmente, temos boas exceções, como, por exemplo, o Setor de Informática com grande esforço para a produção de aplicações próprias. Vimos, por exemplo, esta área submetida diariamente a uma enorme pressão, com uma média de 37 assistências por dia, um exemplo em que se houver aqui mais investimento na informação de utilizadores ou na melhoria das aplicações poderá libertar recursos para outras áreas de maior valor, mas em 2022 nada foi feito para melhorar esta situação.

A propósito de investimento, 2022 foi mais um ano francamente mau para a Câmara Municipal de Setúbal, com consequências muito negativas para Setúbal e Azeitão, se em 2021 já tinha sido baixo, em 2022 conseguiu ainda cair 6%. Um ano inteiro sem um único euro para aquisição de ativos financeiros, que geram rendimentos futuros e, mesmo assim, o investimento caiu 1.382 milhões de euros, o investimento total foi de apenas 17,5 milhões de euros, um valor que não é magro, é raquítico, face às necessidades e à missão que o nosso concelho deve ter.

Relembramos que não faltaram meios à Câmara Municipal de Setúbal em 2022, os impostos diretos mais uma vez subiram 6%, sendo que o total de receitas correntes atingiram 108 milhões de euros, é, portanto, apenas 16% da despesa total no investimento, é um valor tão baixo que temos até dificuldade em classificá-lo. Isto não é hipotecar o amanhã, isto é perder o presente e simplesmente não ter futuro. Esta magreza de investimento não é opinativa, é factual, como se pode concluir da leitura do documento. Aqui queremos lamentar a total falta de investimento em áreas chave, como, por exemplo, no domínio da habitação, foi mais um ano perdido, zero construções para jovens estudantes, zero recuperações do património municipal, zero iniciativas conjuntas com o setor privado, para colocar casas com rendas acessíveis, ou para estudantes. No domínio da atração e fomento do investimento privado, houve zero investimentos em novos Ninhos de Empresas, Fábricas de Start-Ups ou na concretização de investimentos empresariais relevantes, não houve nenhum investimento estruturante para o combate às alterações climáticas.

Houve zero investimento em infraestruturas desportivas no qual o concelho carece em absoluto, como, por exemplo, campos de futebol relvado com dimensões nacionais, ou campos de futebol sintético para escalões de formação, pavilhões polidesportivos ou ringues multiusos para os Bairros, para o desporto recreativo.

Em consequência, vincamos a nossa maior preocupação com os resultados deste Relatório Anual, para o bem do concelho a Câmara Municipal de Setúbal não pode ter um ano com tão pouca ambição e sem visão de futuro, como foi o ano de 2022.

Flávio Lança (IL) – É com grande agrado que vemos referido no Relatório a revisão da Carta Educativa, pois a que está em vigor é de 2006.

A primeira questão é, para quando é que está prevista a disponibilização da Carta Educativa?

Nas conclusões, que conseguimos ver, apresentadas no Relatório, não é muito claro se o Município tem necessidades de novas estruturas, mas, como bem sabemos, a Escola Básica do 2,3 de Azeitão, está a funcionar desde 1978, em instalações que seriam provisórias. A escola recebe atualmente 100 alunos, muito para além da sua capacidade e a funcionar sem pavilhão desportivo, que permita o adequado desenvolvimento da prática desportiva. Termino questionando se já existe alguma indicação de necessidades de infraestruturas escolares que possam sair da Carta Educativa?

Alexandre Teles (PSD) – Aproveito aqui o Relatório de Atividades, tendo em consideração uma tabela em anexo do GAGIAS, que tem reclamações pluviais, tem ocorrências de inundações por águas residuais, e vou complementar a questão que fiz no período de antes da ordem do dia, e como a resposta do Sr. Presidente foi muito vaga, disse que foi falta de investimento, volto a questionar. As instalações que falei, não eram Etar's, eram Estações Elevatórias, uma das Estações Elevatórias sempre foi da gestão do Município, nunca foi da gestão das Águas do Sado. Quando diz que é falta de investimento, o Município não devia ter fiscalizado as Águas do Sado e não deixar chegar as instalações ao estado a que chegaram?

Já falámos sobre este relatório, dizemos que é um relatório com muitas páginas, mas vou dar aqui um pequeno exemplo, este relatório contém pequenos estados, como a mudança de uma lâmpada numa escola, mas quando em termos de estados grandes falta o detalhe, por exemplo, falta informação sobre obras grandes do Município.

Simão Calixto (CDU) – Quero aproveitar este momento em que estamos a apreciar o Relatório de Atividades Anual da Câmara Municipal, para também aproveitar para valorizar o trabalho que a CDU, na gestão da Câmara Municipal tem feito no desenvolvimento deste concelho.

O ano de 2022, foi o primeiro ano de mandato que, também, serviu para lançar imensas obras, foi o ano em que se pôs fim à desastrosa privatização da água no nosso concelho, pôs fim a 25 anos, que causaram muitos prejuízos ao nosso Município. Foi um ano que ficou marcado pela transferência de encargos do Estado central para os Municípios, que também sobrecarregou a estrutura da Câmara, no trabalho a desenvolver. Foi um ano que, também, ficou marcado pela revolução nos transportes públicos que, apesar de não ter corrido tão bem como desejaríamos, foi um momento também importante no desenvolvimento da mobilidade no nosso concelho. Foi também um ano que fica marcado por uma profunda crise inflacionista, em que a Câmara também se viu obrigada a tomar medidas de apoio às famílias mais pobres, com o lançamento de largas medidas sociais ainda no final de 2022.

Esperemos com isto que, o ano de 2023, também, seja um ano em que se concretizem as obras, nomeadamente o início das obras de Saneamento na Freguesia de Pontes, Gâmbia, e Alto da Guerra, um ano em que serão construídas 500 novas habitações, através da Estratégia Local de Habitação e dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, bem como do desenvolvimento do Parque da Várzea, entre outras obras, prova de que a CDU, continua a construir mais Setúbal e mais cidade.

Paula Soeiro (PSD) – Relativamente ao Relatório de Atividades e em complemento com a informação que o Executivo fez chegar à nossa bancada, e já foi partilhado também aos restantes membros da Assembleia, sobre o valor estimado das intervenções necessárias nas sete escolas transferidas para o Município, e que foi calculado num montante superior a 35 milhões de euros.

Pergunto, se poderá ser possível partilhar também com esta Assembleia, o resultado dos estudos referentes à estrutura do edificado e o outro relativamente ao mobiliário existente, conforme uma referência na página 413 do Relatório, de modo que possamos igualmente ter uma visão pormenorizada do estado a que o parque escolar das Escolas do 2º e 3º Ciclo e Secundárias se encontram, e que diligências, ou ações o Executivo já tomou para a concretização destas intervenções. Dada a frequência de contactos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas, há uma referência a mais de 63 contactos, que valorizamos, gostaríamos que o Executivo fizesse uma apreciação sobre os pontos fortes, dificuldades ou constrangimentos deste período, nomeadamente no que se refere à assunção das transferências de competências na área da educação.

Afonso Luz (CDU) – Valorizando também o documento no geral e toda a informação que aqui nos é prestada, sobre as questões financeiras que aqui estão reportadas, gostava de referir aqui dois a três pontos. O primeiro, nas despesas de capital em termos de investimento, temos aqui 17 milhões de euros, contra 18 milhões em 2021, e isto fica-se a dever ao financiamento do Portugal 2020, o Programa que teve que ser encerrado e, naturalmente, em 2022, este investimento por parte do Município foi ligeiramente inferior ao de 2021. Aliás, isto é básico em termos de análise financeira, não se deve analisar apenas um ano, deve-se comparar com a execução de anos anteriores, pelo menos um ou dois anos anteriores, para daí então se poder tirar alguma conclusão.

Depois uma referência ao que foi aqui questionada, o fornecimento de dados sobre o turismo. Ora, os dados sobre o turismo são publicados pelo INE, pelo Instituto Nacional de Estatística, e não pela Câmara Municipal, portanto, quem quer saber alguma coisa sobre dados do turismo e a sua evolução, terá de consultar os dados que são publicados pelo INE e é aí que a Câmara também vai retirar os seus próprios dados.

Relativamente ao endividamento bancário, queremos aqui salientar que, ainda não foi aqui dito por nenhuma das bancadas, mas penso que é de saudar o facto de termos terminado o ano de 2022 com um valor em dívida bancário cerca de 5 milhões inferior ao ano de 2021.

Presidente da Câmara – Darei a resposta a algumas questões, depois a Sra. Vice-Presidente falará sobre a questão da avaliação da situação do edificado relativamente às transferências.

Quanto à primeira intervenção do senhor deputado Manuel Esteves, começo por agradecer o facto de trazer aqui a questão, ela fica imediatamente identificada e amanhã, certamente, que os serviços competentes farão a sua intervenção.

A questão das intervenções na via em Vendas de Azeitão, tive a oportunidade de lá passar e registei a situação. Como sabe, estas intervenções na Administração Pública são complexas, tem os seus tempos e não conseguimos ultrapassar essas limitações, alguns dos senhores deputados têm dificuldade em perceber estas situações, mas é difícil detetarmos uma situação e de imediato intervirmos, sobretudo quando é necessário fazer contratação, porque a contratação pública é aquilo que é e que todos nós conhecemos. O caso da Rua do Poço é uma situação que temos de avaliar, inclusivamente a urbanização, relativamente à responsabilidade que existe na situação que ficou ali criada, mas está detetada a situação e haverá oportunamente uma intervenção, se não for possível que os serviços municipais façam essa intervenção na sua atividade que tem em programação, terá de se recorrer à contratação pública.

Senhor deputado Francisco Cabral do PSD, sobre a questão do Plano de Mobilidade, nós decidimos fazer uma atualização, voltar a contratar a empresa para fazer uma atualização do Plano de Mobilidade Sustentável, é esse processo que está a decorrer e que virá a acontecer até ao final deste ano. Teremos uma avaliação nos vários domínios que versa o Plano de Mobilidade Sustentável e, creio que, no final deste ano princípio do próximo ano, teremos essa atualização, e no sentido de estarmos à frente, porque o Município de Setúbal quando encomendou este Plano e quando ele foi realizado, naturalmente que foi o Município que ficou com um instrumento que poucos Municípios têm, o que permitiu à Câmara de Setúbal fazer intervenções neste território e, em particular na cidade, e que, naturalmente, transformaram a imagem desta cidade. Uns gostam menos, outros gostam mais, mas o que é um facto, é que cumprimos à risca aquilo que são as avaliações dos técnicos e de uma empresa que é credenciada no mercado e que fez esse Plano, e que deu as orientações para as intervenções que tem vindo a ser feitas na qualificação do espaço público e na criação das condições para a mobilidade sustentável, seja motorizada, seja pedonal, seja através das ciclovias.

Uma das questões que o senhor deputado coloca é relativamente ao Plano de Ciclovias, ainda hoje tive oportunidade de verificar que terminou mais uma obra e, portanto, mais uma ciclovia que fica disponível dentro da cidade, elas vão acontecendo com um plano de obras, que também está identificado e, portanto, o plano de ciclovias vai acontecendo com normalidade, não fazemos ciclovias só para construir ciclovias, construímos ciclovias num quadro de planeamento do território. Hoje tive a oportunidade de verificar que toda aquela zona da Rua dos Arcos está praticamente liberta da intervenção da obra e lá está a ciclovia, é mais um quilómetro de ciclovia.

Agradeço a sua questão, porque é importante também transmitirmos que o Plano de Mobilidade Sustentável vai ser avaliado e, naturalmente, fazendo essa avaliação poderemos avançar no sentido de termos uma cidade de mobilidade sustentável, que é esse o objetivo.

Senhor deputado municipal Mário Aranha, desculpe, mas tenho de lhe dizer que o senhor não vive aqui nesta cidade, nem na cidade, nem no concelho, aquilo que o senhor diz é qualquer coisa de alguém que veio de outro planeta e que veio aqui de noite, chegou aqui e andou pouco na cidade, mesmo de noite, porque se tivesse andado mais um bocadinho teria detetado que alguma coisa mudou e todos os dias vai mudando. Quando se diz que o executivo municipal faz navegação à vista, que é um conformismo, que está tudo parado, etc., é uma visão que tem, mas o que é que havemos de fazer sobre isso? O senhor até desconhece, o que é lamentável para um deputado municipal, que a contratação pública leva meses e meses para desenvolver processos, o senhor desconhece, provavelmente, ou não tem essa informação, que esta Assembleia Municipal aprovou no final do ano passado, um empréstimo para investimento na ordem de cerca de quase 5 milhões de euros, e que está a decorrer os processos e que ainda hoje, estamos à espera do visto do Tribunal de Contas para dar andamento às obras que estão nesse Plano e que foi aprovado aqui na Assembleia Municipal.

Dizer que isto é conformismo, que está tudo parado, é não ter uma visão desta cidade, da forma como ela se transforma todos os dias, naturalmente, com a intervenção da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e naturalmente dos Investidores. Não vou agora aqui alargar, porque não tenho tempo para isso.

Sobre outras intervenções que já fiz aqui e que são do conhecimento público, porque a comunicação social fez eco delas, dos milhões de investimento que os privados estão a fazer nesta cidade e neste concelho, esses milhões de investimento veem porque, como dizemos na gíria, Setúbal está na moda. Está na moda, porque as pessoas vêm viver para Setúbal, o concelho de Setúbal continua a aumentar a população, a construção em Setúbal continua a aumentar, naturalmente que é limitada, mas continua a haver investimento mesmo na construção civil, como em todos os setores da atividade económica de Setúbal, continua a haver investimento, isto significa que Setúbal é um concelho e uma cidade atrativa para o investimento. São milhões de investimento que estão em apreciação no Urbanismo, alguns dos projetos são públicos, outros não cabe à Câmara Municipal divulgá-los, porque cabe aos próprios investidores, quando chegar a altura de fazer a sua divulgação, mas creio que alguns deles, alguns desses milhares de milhões de euros são do conhecimento público, para além de que, a própria Câmara Municipal tem projetos que estão anunciados na cidade, é por causa disso que o senhor veio, chegou aqui, entrou ali na escadaria da Câmara Municipal e não teve oportunidade de ver mais nada.

Milhões de euros que a Câmara Municipal está a investir na área da habitação, em colaboração com o Governo, o seu Governo, o Governo do seu Partido. Não é muito, mas quando o senhor chega aqui e diz que está tudo parado, etc., é de quem não tem conhecimento desta realidade. Lamentamos senhor deputado, mas desta forma também tem pouca avaliação deste território e, naturalmente que os setubalenses e os azeitonenses acham que quem tem melhores condições para governar esta cidade e este concelho, é quem tem uma avaliação, quem intervém de forma positiva na transformação, na qualificação deste território, na atractibilidade do investimento e das pessoas que querem viver em Setúbal. O senhor não tem esta visão, naturalmente que é a sua visão e que nós temos também de respeitar.

Senhor deputado Flávio Lança, relativamente à Carta Educativa, a Sra. Vice-Presidente poderá referir-se a isso, mas o que está programado é que seja apresentada no final do mês de março ao Conselho Municipal de Educação, é um processo que está a decorrer.

Relativamente a um exemplo que deu, a Escola 2, 3 de Azeitão, como bem sabe, é uma reivindicação da Câmara, da Junta de Freguesia, das populações, dos professores, dos alunos, dos pais, dos encarregados de educação, há anos aos sucessivos Governos. Há salas naquela escola que estão fechadas, porque não têm condições para haver aulas, não tem um pavilhão desportivo, a quem é que cabe construir, a quem é que cabe dar resposta? O Governo daqueles senhores que estão ali todos naquela bancada, agora, nos últimos sete anos, várias promessas eleitorais, é uma questão pública, não estou a dizer nada que seja um segredo, são públicas. Nas campanhas eleitorais para a Assembleia da República e para o Governo foram vários anos de campanhas eleitorais, de promessas, agora fez a transferência para as Câmaras Municipais e nós aguardamos que seja definido a forma de investir nestas escolas e, em particular, naquelas escolas que foram consideradas de prioridade nacional.

Ainda não sabemos, como é que o Governo vai financiar esses investimentos, que classificou no processo da transferência como prioridades de nível nacional. Temos três escolas no nosso concelho, não sei se era para lhe dar esta explicação ou se a sua ideia era outra, mas dá-me esta oportunidade de chamar a atenção para algumas situações que são gritantes no nosso concelho e sim estamos cá, também, para chamar a atenção a quem de direito para estes factos.

Senhor deputado municipal Alexandre Teles do PSD, falo das Etar's como falo das estações elevatórias, a gestão é comum, o senhor diz que uma das Estações Elevatórias não era gerida pelas Águas do Sado, desconheço, porque falando de Estações Elevatórias, estamos a falar de saneamento e, portanto, se é disso que estamos a falar, porque o senhor falou na última reunião de saneamento e, por isso é que eu falei de Etar's, também não temos muitas, temos algumas que até estão desativadas, mas elas existiam. Todas as Etar's ou Estações Elevatórias foram, que eu saiba, da gestão das Águas do Sado, é a informação que tenho, estive à frente desse serviço, nessa área, durante alguns anos, mas, entretanto, podem ter acontecido alterações que eu desconheço e, portanto, colocou aqui a questão e fica registada.

A questão é esta, de facto, o que eu disse foi que uma gestão municipal, certamente que é uma gestão que há de estar em cima dos equipamentos, porque os equipamentos são um património do Município, passou a ser um património do Município e, portanto, a responsabilidade da manutenção deste património é do Município e, portanto, é neste sentido que eu digo, quando o património estava neste caso, concessionado, o património ia sendo gerido, isto não quer dizer que a Câmara Municipal não tivesse um acompanhamento das várias situações, eu não tenho essa informação, se houve comunicações nos últimos tempos às Águas do Sado, chamando a atenção para esta ou aquela situação, não tenho essa informação comigo, mas os serviços devem ter essa informação.

Neste momento a realidade que existe, é que alguns desses equipamentos, estavam num estado de degradação, eu não digo, avançado, estavam a funcionar, é verdade, a informação que eu tenho é que estavam a funcionar, mas tem um processo de degradação, foram 25 anos, é verdade.

Sobre a questão das Pontes, já dei aqui informação relativamente à situação que está aqui em causa, quando o Tribunal de Contas der o visto ao empréstimo, aquela obra avançará imediatamente, como eu disse, avançará imediatamente porque, os Serviços Municipalizados, como nós sabemos estão num processo ainda de instalação, também os últimos meses da transferência da Concessionária para o Município, teve alguns problemas e, portanto, isto criou alguns problemas à instalação dos Serviços Municipalizados, as coisas mesmo assim acho que correram muito bem, estão a funcionar com bom desenvolvimento, mas há ainda questões que importa consolidar.

Relativamente a investimentos resultantes deste início de atividade, eles se atrasarão no tempo e, por isso é que nós iniciámos no ano passado esta contratação de empréstimo, para em março termos a possibilidade de lançar a obra, infelizmente, não temos ainda o visto do Tribunal de Contas, o que esperamos a qualquer momento.

Passo a palavra à senhora Vice-Presidente que falará sobre a questão da avaliação da situação do edificado relativamente às transferências.

Vice-Presidente da Câmara – Em 2019, os vários serviços da Câmara, tanto o Departamento de Educação como o Departamento de Obras Municipais, fizeram um trabalho sobre o estado das escolas que iriam passar para o Município.

Esse relatório foi o que nos permitiu chegar a esse valor, portanto, eu penso que temos condições prévias para entregar o relatório a todas as bancadas, irei com autorização dos senhores Presidentes depois fazer chegar o documento, pese embora, já tenha sido feito o levantamento há 3 anos, ele é atual, infelizmente, é atual, porque não houve melhorias, o que poderá haver é algum agravamento, inclusivamente em algumas questões. Isto leva-nos aqui à questão daquele que foi o mapeamento das escolas que estão para ser intervencionadas e daquilo que o Sr. Presidente também já disse, só quero chamar a atenção que não são três, são quatro escolas, o Sr. Presidente, provavelmente, estar-se-ia a referir a três que estão como urgentes e uma que está como muito urgente, portanto, a que está como muito urgente é a Secundária do Bocage e as que estão como urgentes no mapeamento, embora nunca nos tenham sido ditos nem dados os critérios para essa separação, porque na nossa opinião, a Escola 2, 3 de Aranguêz, também, deveria estar

na prioridade de muito urgente. As outras não estariam mal sendo muito urgentes, mas não estão numa situação tão grave, na nossa opinião, como estas duas.

Aguardamos, como o Sr. Presidente disse, as questões do financiamento, porque estamos, neste momento a contar com avisos avulsos, e isto não é forma de se gerir um assunto destes, já percebemos que esta matéria dificilmente entrará no âmbito do PRR e estamos confrontados no nosso país com quatrocentas e tal escolas, neste momento consideradas prioritárias, de acordo, com o acordo que foi feito com a Associação de Municípios, o que coloca aqui numa perspetiva racional muitas dificuldades para a execução de todas estas obras que têm de ser feitas e que foram resultado de décadas de desinvestimento.

Como o senhor deputado Flávio Lança disse, a Escola de Azeitão é provisória há 50 anos e não tem pavilhão desportivo e as outras escolas, algumas têm pavilhão desportivo graças à Câmara Municipal e outras continuam sem pavilhão desportivo e sem mapeamento, nem perspetiva de quando é que poderão ter pavilhão desportivo, como é o caso, por exemplo, da Secundária Dom Manuel Martins, que não foi contemplada no mapeamento, embora nós tivéssemos feito essa sugestão.

Ainda referir que inicialmente só havia duas escolas prioritárias no nosso concelho, que era a Secundária do Bocage e a Aranguêz, Azeitão nem sequer constava dessa listagem, já fizemos aqui algumas evoluções, vamos esperar que 2023 nos traga algumas novidades.

Dar aqui uma outra nota, que tem a ver com o estado da transferência de competências e aquilo que temos vindo a fazer, a senhora deputada Paula Soeiro, dizia que houve muitas interações, é verdade, e vão ter de continuar a haver, tendo em conta o volume e a responsabilidade da matéria e dos encargos que foram delegados, transferidos para a Câmara Municipal. Temos feito várias reuniões do Conselho Municipal de Educação, desse Conselho Municipal saiu uma Comissão Permanente em que reunimos todos os meses e, para além disso, temos que dar corpo àquilo que está na Legislação, que são as Comissões de Acompanhamento, portanto, constituímos a nossa Comissão de Acompanhamento e reunimos regularmente, mais ou menos de dois em dois meses, com todos os Diretores e o Sr. Delegado Regional, para fazer este acompanhamento.

Todos, ou praticamente todos os meses, temos sempre muitas novidades em relação a esta matéria, basta dizer que ontem saiu mais um Decreto-Lei, que visa dar corpo àquilo que foi o acordo com a Associação Nacional de Municípios, ainda com várias coisas por regulamentar, nomeadamente a questão dos transportes escolares que ainda não está regulamentada. No princípio de janeiro saíram duas Portarias, uma para os circuitos especiais, outra para o mobiliário, aqui uma grande novidade, em que passa tudo para a Câmara Municipal, todo o mobiliário das escolas, portanto, a senhora deputada, também perguntava qual é o estado do mobiliário e o estado de mobiliário também é mau e está tudo no relatório, e com uma responsabilidade para a Câmara Municipal muito acrescida, quer ao nível de material de laboratório, quer ao nível de material para a prática da Educação Física, quer ao nível daquilo que não está lá escrito. O que dizem que está, é o caso, por exemplo, das reprografias das escolas e dos softwares para o processamento de vencimentos dos docentes, portanto, há aqui muita coisa pela módica quantia de 6,30€ por aluno, esqueci-me de dizer isso.

Há aqui muitas coisas que carecem ainda de ser negociadas, há aqui muitas coisas que ainda têm que ser tratadas e, infelizmente, embora as Comissões de Acompanhamento funcionem e as atas sejam fundamentais para todo este trabalho, o relatório que nós fazemos questão de apresentar, vai agora no dia 15 à Comissão de Acompanhamento. Infelizmente, aquilo que temos tido como obrigação é um reporte mensal das despesas que são efetuadas, sem que haja uma descrição daquilo que é feito e daquilo que é necessário.

Por exemplo, no caso do pessoal, fomos obrigados a dizer qual era o pessoal que estava no 1º ciclo, qual era o pessoal que estava no 2º ciclo, qual era o pessoal que estava no 3º ciclo, qual era o pessoal que estava no secundário, quando no momento da transferência de competências isto não veio para a Câmara Municipal, o que nos leva a crer que todos estes números que estão a ser pedidos, são para chegarmos à conclusão que as Câmaras Municipais estão a receber dinheiro a mais, será que é isso que todos estes reportes significam?

A Ministra da Coesão já veio dizer qualquer coisa nesse aspeto, acho que deixo aqui o mote, também, para reflexão dos senhores deputados, se isto é forma de funcionarmos, uma vez que sabemos que muitas das despesas do ano de 2022 só vão ser executadas no ano de 2023, tendo em conta que a Câmara Municipal

teve de desenvolver uma série de procedimentos e que agora está efetivamente a pagar faturas, muitas delas relativas a 2022, para conclusão dos procedimentos.

Isto é um tema muito grande, muito vasto, e penso que seria, também, interessante os senhores deputados terem acesso ao relatório final da avaliação da transferência de competências desde abril até dezembro, depois de ser aprovado na Comissão de Acompanhamento, poderá vir para conhecimento dos senhores deputados.

Mário Aranha (PS) – A Câmara não tem tempo para responder, pode responder por escrito noutra Assembleia Municipal, mas peço alguma benevolência à Mesa para termos aqui algumas respostas, já que no relatório de 2022 não vi nada. Naturalmente vim de algum universo paralelo e não consegui ver, peço a vossa ajuda para identificarem relativamente a 2022, em termos de habitação, quantas habitações novas de habitação social foram construídas? Quantas a custos controlados foram construídas? Quantas casas municipais devolutas foram recuperadas e foram postas em arrendamento acessível?

Quais é que foram os três maiores investimentos privados concretizados em Setúbal em 2022.?

E quando se refere que Setúbal está na moda, gostava que o Sr. Presidente ou alguém da Vereação, tivesse alguns dados concretos relativamente a esse tema, portanto, se subiu o número de dormidas em Setúbal, em que lugar é que estamos no ranking? Subimos, descemos, é que para estar na moda, se calhar, devemos estar no Top 10, não sei, porque assim estamos a ser opinativos e sabemos que as opiniões, junto uma opinião e 70 cêntimos e dá para comprar um café.

Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Falámos aqui sobre transferências de competências, também houve neste concelho outras transferências de competências, nomeadamente da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia e assim cumprimos a legislação em vigor e realmente é importante também falar sobre isso.

É importante percebermos e compararmos até a diferença como é que estes processos de transferência de competências se fizeram do Governo para as Autarquias e já agora de uma Autarquia para outra Autarquia ou para as outras Autarquias aqui no concelho.

Temos como referência Setúbal, acho que já era, isto é indesmentível, não sei se depois isto tem de ter alguma estatística, nalgum sítio, não lhe consigo dizer, não consigo dizer a ninguém, mas consigo dizer que é reconhecido pelos outros autarcas dos outros concelhos, o processo de descentralização que a Câmara Municipal de Setúbal, ao longo dos anos, tem feito para as Juntas de Freguesia e é também assinalável pelas populações, acho que isso é inquestionável.

O resultado desse trabalho, o resultado em parceria, a capacitação que as próprias Juntas de Freguesia ficaram para resolver um conjunto de problemas, e efetivamente a capacidade de melhorar essas intervenções, eu penso que este processo último de transferência de competências, que concluímos precisamente no final do ano passado é mais uma vez um exemplo.

É, mais uma vez, um exemplo pela forma com que trabalhámos seriamente estes problemas, com que as Juntas de Freguesia fizeram o seu trabalho de casa juntamente com a Câmara e com os serviços, em que avaliámos as situações. Em que não apenas procuramos transferir por transferir, em que pensamos sempre como é que poderíamos melhorar aquilo que estava a ser feito. E hoje, dois meses sensivelmente passados dessas transferências de competências, não vemos a nossa população dizer que realmente tem havido problemas, há sempre algumas coisas que não correm bem, mas isso é em qualquer situação. Agora de grosso modo, podemos dizer que é uma excelente transferência de competências e já agora dizer que houve sensibilidade política da parte da Câmara Municipal, que houve um esforço também financeiro e ele é visível nos números, para realmente dotar as Juntas de Freguesia e para poderem estar capacitadas para responder convenientemente a estas funções que foram assumidas.

Isto que aqui estou a dizer, é a mostra de um exemplo daquilo que acho que deviam ser sempre transferências de competências, antes de transferirmos devíamos conhecer aquilo que estamos a transferir, devíamos avaliar aquilo que estamos a transferir e quem vai receber essas tarefas devia efetivamente participar nesse processo de transferências, só assim é que as transferências são bem feitas e têm um resultado positivo.

Quero aqui enaltecer o trabalho que a Câmara Municipal, os seus técnicos, os seus serviços, os vários Vereadores fizeram nestas áreas e tenho a certeza absoluta que no final do próximo ano, vamos estar aqui a realçar mais uma vez os bons resultados que isto vai trazer às populações que é, no fundo, para esses que todos nós trabalhamos.

Francisco Cabral (PSD) – Em primeiro lugar, também elogiar e acompanhar aquilo que foram as considerações do Sr. Presidente da Câmara em relação ao Plano de Mobilidade Sustentável de Transportes, porque, de facto, dotam o Município de bastante conhecimento e informação cruciais naquilo que é o processo de decisão de política pública. Eu foquei-me, por exemplo, nos 43 quilómetros de ciclovia previstos que não foram executados, noto também um exemplo daquilo que foi a rede ciclável que vai ligar o Instituto Politécnico de Setúbal ao centro da cidade, mas também há outras iniciativas a olhos visíveis, que não foram implementadas como o Bike Bus.

Portanto, isto para dizer que o PSD vai fazer um requerimento para pedir o Plano de Monitorização que está explanado no Plano de Mobilidade, mas também está explanado no Relatório de Atividades.

2. Deliberação n.º 005/2023/AM – Delib. n.º 357/2023 – Despesas de Representação ao Pessoal Dirigente / Artigo 24.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Encontrava-se ausente da sala de sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 57.

3. Deliberação n.º 006/2023/AM – Delib. CM n.º 381/2023 – 3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 1.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PSD, da IL e do PAN, e as abstenções do PS e do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Alexandre Teles (PSD) – Sabemos que os Serviços Municipalizados estão numa fase de transição e ajuste, analisando os dados fornecidos. Aparentemente esta alteração ao orçamento serve para transferir uma verba que nos documentos apresentados não é possível perceber de onde a maior parte dela vai ser suprimida, para algumas das seguintes rubricas, edifícios, instalações e serviço. Espero que sejam para criar melhores condições para os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Construções diversas, consta captação e distribuição de águas, para reforço da capacidade em Pinhal Negreiros, material de transporte “outros”, era bom definir que tipo de “outros” de materiais de transporte vão ser definidos nesta rubrica, equipamento básico “outros”, mais uma rubrica “outros”, que tanto a gestão gosta de utilizar. Para terminar, não deixo de frisar que as Águas do Sado, durante 25 anos, tiveram diversos fornecedores, uns maiores, outros mais pequenos e alguns deles, muitos deles, no comércio local, espera-se que os Serviços Municipalizados de Setúbal não apliquem, relativamente ao pagamento, as mesmas práticas do Município, pagamentos efetuados completamente fora dos prazos definidos e desenquadrados, aumentando a dívida, o custo dos próprios materiais e serviços e muitas vezes metendo em causa a subsistência do pequeno comércio que devia confiar na gestão pública.

Vítor Rosa (BE) – É mais uma nota do que propriamente uma intervenção sobre esta proposta que está aqui em cima da mesa em discussão.

Era o apelo, através desta Assembleia, para que nas reuniões da Comissão estivesse presente o Vereador, ou alguém dos serviços, com a devida competência sobre esta matéria. Não estou a pôr em causa a competência das pessoas que estiveram nesta Comissão, obviamente, mas não sendo dos Serviços Municipalizados, nem o Vereador da área, houve algumas dúvidas que subsistiram e daí, no caso concreto do Bloco, vamo-nos abster, mas também foram algumas questões levantadas por outras forças partidárias. Era importante naquilo que é o reconhecimento do trabalho desta Assembleia e destas Comissões, que houvesse esse cuidado da parte do Executivo, ou de quem tem competências sobre determinadas matérias, tivesse presente nestas reuniões das Comissões.

Presidente da Câmara – Senhor Deputado Alexandre Teles, do PSD, relativamente a essa questão dos “outros”, muito sinceramente, não lhe sei dar resposta a isso, o senhor vereador da área, teve um pequeno problema de saúde e por isso não está hoje aqui nesta reunião.

Relativamente a essa questão dos “outros”, o que eu creio é que o reforço da capacidade em Pinhal de Negreiros, são investimentos que estavam em desenvolvimento é o que eu lhe posso dizer neste caso, a aquisição de viaturas ligeiras e pesadas, naturalmente que é uma responsabilidade que cabe aos serviços no sentido de poder se apetrechar para conseguir desenvolver a atividade que agora têm os Serviços Municipalizados e que, provavelmente na avaliação que é feita os veículos que transitaram da Concessionária para os Serviços Municipalizados, que não foram todos os que estavam ao serviço das Águas do Sado e, portanto, há aqui que fazer esse investimento, a aquisição de máquinas e equipamentos, são apoios ao setor e à atividade dos Serviços Municipalizados na área de intervenção do saneamento e do abastecimento de água, naturalmente que têm este tipo de equipamentos que não são de valores significativos, mas que é importante.

A conservação reparação e manutenção de edifícios, eu creio que foi tornado público que é do conhecimento de todos, que as instalações onde está designadamente o setor operacional, precisa de uma intervenção urgente, porque os trabalhadores da Câmara Municipal de uma maneira geral, têm boas condições de trabalho, o que não acontece com os trabalhadores das Águas do Sado infelizmente, que agora passaram para a responsabilidade da Câmara Municipal. A locação de material informático, também como se sabe, foi um dos problemas que surgiu nesta transição, em que a própria Câmara Municipal teve de investir quase 1,5 milhões de euros para adquirir equipamento informático e assumir os contratos com as empresas e que é necessário manter para dar assistência ao sistema informático e, portanto, no fundo, são alterações sem alterar o valor global do orçamento, mas são alterações que se justificam nesta altura.

Quero chamar a atenção para o seguinte, o senhor deputado disse que espera que os Serviços Municipalizados tenham em melhor conta, sobretudo, as empresas do concelho, relativamente aos contratos e aos pagamentos. Sei, todos nós sabemos, é do conhecimento público, mas também era importante reconhecer que este Executivo, no final do ano passado, investiu 10 milhões de euros para pagar faturas e uma boa parte delas a pequenas e médias empresas do nosso concelho. São um investimento significativo, podíamos ter outras opções e, portanto, decidimos 10 milhões de euros, acho que é significativo e que era importante, também, todos reconhecemos esse esforço e esta decisão de priorizar este investimento para que as faturas em atraso, que a Câmara Municipal continua a ter, foram reduzidas significativamente. Creio que, neste momento, a informação que tenho é que as faturas em atraso na Câmara Municipal já não são referentes ao 1º trimestre de 2022, isto não significa que não tenhamos de continuar a fazer um esforço, mas penso que quando tínhamos faturas em atraso, algumas de valores significativos, com 3 anos de atraso e darmos este salto, acho que é um esforço muito significativo e uma decisão muito acertada, no sentido de poder melhorar a economia e, em particular, a vida das nossas empresas e da economia municipal. Só chamar a atenção para isto, porque também é importante reconhecer o esforço que este Executivo está a fazer no sentido de controlar a situação financeira da Câmara Municipal. É um dos compromissos que assumimos e acho que estamos a cumprir, dentro das possibilidades que temos.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 58.

4. Deliberação n.º 007/2023/AM – Delib. n.º 382/2023 – Alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do BE, e as abstenções do PS, do PSD, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Flávio Lança (IL) – Nesta proposta, verificamos um aumento de 10 colaboradores no Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados, o total de colaboradores com que os Serviços Municipalizados de Setúbal contam para 2023, são 304 colaboradores, recorde que as Águas do Sado em 2019 contavam apenas com 131 colaboradores, segundo o estudo apresentado pela Câmara Municipal de Setúbal, feito pela PWC.

Nesta Assembleia foi aprovado com o voto contra da Iniciativa Liberal, a passagem das Águas do Sado para os Serviços Municipalizados de Setúbal. Portanto, percebemos, e tem sido a justificação dada que, os Serviços Municipalizados de Setúbal, não são só as Águas do Sado, mas parece estarmos a assistir a um aumento do quadro de pessoal sem grande transparência ou justificação.

É importante para uma fiscalização efetiva, que se explique estes aumentos de pessoal, com o detalhe pelos vários serviços que passaram a integrar os Serviços Municipalizados, não basta apresentar uma proposta de passagem das Águas do Sado para o Município com um determinado quadro de pessoal, para ser aprovado e, após essa aprovação, juntar-se outros serviços e não haver grandes explicações a que se devem os aumentos do quadro de pessoal. Passou-se a ideia de poupança, de eficiência, de menos custos para os municípios, temos dúvidas de estarmos no caminho de atingir esses objetivos.

Presidente da Câmara – Como é explicado na proposta, o quadro de pessoal que foi aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal anteriormente, teve em conta os trabalhadores do município que estavam afetos à Águas do Sado, os trabalhadores das Águas do Sado que integram agora os Serviços Municipalizados e outros trabalhadores que estavam na Câmara Municipal e que agora integraram os Serviços Municipalizados.

Destes trabalhadores que estavam na Câmara e integraram os Serviços Municipalizados, temos duas situações, por um lado, os trabalhadores que estavam no Gabinete Municipal de Gestão das Águas e Saneamento, que era o Gabinete que acompanhava a concessão e, por outro lado, a transferência de alguns trabalhadores, poucos, mas alguns, que passaram para os Serviços Municipalizados. Há aqui uma questão que é importante também que os senhores deputados tomem conhecimento, as Águas do Sado não trabalhava com a Administração Pública, com os Contratos Públicos e, portanto, os técnicos das Águas do Sado não estão familiarizados com este tipo de compromisso, de iniciativa de processos e, portanto, foi necessário encontrarmos aqui alguns com conhecimento neste domínio da contratação pública, para, pelo menos, numa fase transitória poderem criar melhores condições no sentido de facilitar essa situação. Por outro lado, naqueles números que o senhor deputado referiu de novos trabalhadores, o Estudo da Price não inclui a questão dos resíduos sólidos urbanos e o estudo que foi feito incluía apenas as águas e o saneamento.

Entretanto evoluiu-se para a transferência dos resíduos sólidos urbanos para os Serviços Municipalizados, assim sendo há uma parte significativa de trabalhadores que também passaram para a recolha dos resíduos sólidos, daí a diferença.

Mais uma outra nota, também se concluiu que alguns técnicos superiores que estavam nas Águas do Sado acabaram por não querer integrar os Serviços Municipalizados e o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados entendeu e precisa, no atual Quadro de Gestão Técnica, de reforço na carreira de assistentes operacionais e os técnicos superiores que estavam previstos vir das Águas do Sado para integrar os Serviços Municipalizados, que depois à última da hora não quiseram integrar, fez-se então a proposta que esses técnicos superiores que estavam no quadro, pudessem ser substituídos pela contratação de assistentes operacionais, porque na avaliação que é feita pelo Conselho de Administração é uma necessidade maior.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS e 1 do BE, e 10 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 59.

5. Deliberação n.º 008/2023/AM – Delib. CM n.º 461/2023 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e as abstenções do PS, do PSD, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, e 20 abstenções, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 60.

6. Deliberação n.º 009/2023/AM – Delib. CM n.º 463/2023 – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PSD e do BE, e as abstenções do PS, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH e 1 do BE, e duas abstenções, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 61.

7. Deliberação n.º 010/2023/AM – Delib. CM n.º 464/2023 – Autorização para abertura de procedimentos concursais para cargos de Direção Superior de 1.º grau e de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau e designação da correspondente composição do júri de recrutamento

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 62.

8. Deliberação n.º 011/2023/AM – Delib. CM n.º 468/2023 – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD e do BE, e as abstenções do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, BE e PAN, e as abstenções do PSD e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Paula Soeiro (PSD) – A intervenção é mais para o Executivo, para além do que vem meramente expresso nesta proposta, gostávamos, também, de saber se os contratos para a higiene e limpeza diária e rotineira dos Agrupamentos de Escolas, passaram a ser da responsabilidade do Executivo após 31 de dezembro, e se os mesmos possuem no seu clausulado a definição do número de funcionários, valor e horas de trabalho, de acordo com a tipologia de cada Escola ou Agrupamento de Escolas e o conjunto delas.

Também gostávamos de obter informação se o trabalho a ser prestado por essas empresas está a ser devidamente monitorizado, nomeadamente pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização da Implementação e Desenvolvimento do Quadro de Competências na Educação, como há pouco a Sra. Vice-Presidente também fez referência. Quando referimos monitorização, será uma que englobará a verificação do trabalho justo e protegido, nomeadamente quanto à existência de seguro, dos equipamentos de proteção individual e de segurança, a adequação da natureza e a dimensão das tarefas a serem realizadas em determinado período de trabalho.

Vice-Presidente da Câmara – Relativamente às questões colocadas, recebemos, a partir de abril os contratos que as escolas tinham. As escolas tinham celebrado estes contratos até ao final do ano e aí fizemos, integralmente a transferência do valor para cada um dos Agrupamentos, de referir que nem todos os Agrupamentos têm esta modalidade, alguns têm empresa de limpeza, outros não têm empresa de limpeza, foi uma negociação feita há algum tempo com a DGESTE, sendo que a contratação de uma empresa de limpeza tem influência no rácio, portanto, o rácio de assistentes operacionais está dependente de ter ou não empresa de limpeza.

Neste enquadramento o que fizemos foi um concurso público, foi à Câmara Municipal, foram feitos vários Lotes, em cada um desses Lotes foram consideradas todas as questões que a senhora deputada aqui coloca, o número de horas, o número de salas, etc., portanto, está tudo nos cadernos de encargos, que estão disponíveis.

Relativamente às questões dos acidentes em serviço, das obrigações que a empresa tem de cumprir, isso também tem que ser apresentado no caderno de encargos, inclusivamente a questão da transmissão de estabelecimento e do acordo coletivo que existe, para garantir que os trabalhadores que estavam na empresa antiga, possam ter a possibilidade de poder prosseguir com a nova empresa e assim assegurar o seu posto de trabalho. Essa foi uma das questões também colocadas na Comissão e que houve alguma dúvida, mas isto faz parte mesmo do acordo coletivo e acontece neste ramo das empresas de limpeza, bem como acontece no âmbito dos refeitórios.

Esta monitorização é feita com os senhores Diretores, portanto, eles têm esta competência também no âmbito da delegação de competências que lhes foi passada e com a Câmara Municipal, nós fazemos essa monitorização. O contrato só começou há um mês, portanto, teve início a um de fevereiro e o feedback que temos até agora é positivo, contudo, continuaremos a acompanhar e se for necessário fazer alguns ajustes também iremos fazer. Pelos vistos, parece que já temos que fazer um ajuste com a Secundária do Bocage, são coisas que acontecem e vamos prosseguir desse modo e fazer esse ajuste, face àquilo que são as necessidades das escolas.

Presidente da Mesa – Vamos passar à votação, sem a participação do senhor deputado Pedro Florêncio, que se considera impedido, pelo facto de ser Diretor Escolar e, portanto, será destinatário desta delegação de competências, não participa na discussão, nem na votação.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões dois deputados municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 2 do CH e 1 do BE, e 8 abstenções, 6 do PSD, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 63.

9. Deliberação n.º 012/2023/AM – Delib. CM n.º 515/2023 – Delimitação de Área de Reabilitação Urbana na cidade de Setúbal ARU SETÚBAL CENTRAL

Ilídio ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 64.

Encontrava-se ausente da sala de sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 65.

10. Deliberação n.º 013/2023/AM – Delib. CM n.º 516/2023 – Delimitação de Zonas de Pressão Urbanística no concelho

Ilídio ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 64.

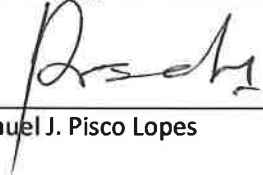
Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente à presente ata sob o registo n.º 66.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinco minutos do dia vinte e oito de fevereiro, de dois mil e vinte e três.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Susana Bernardo.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.